

06B P.6 10-06-27

Câmara aumenta segurança prevendo muito movimento

BRASÍLIA — Diante da expectativa de que pelo menos 5 mil pessoas acompanharão de perto, neste final de semana, as votações dos substitutos apresentados pelos relatores de cada uma das oito comissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte, a segurança deverá ser reforçada. De acordo com Fernando Paulaci, chefe da Segurança da Câmara, inicialmente está prevista a convocação de pelo menos mais 50 agentes.

Para evitar maiores tumultos nessas sessões, a segurança estará instalada para fazer uma revista em todos os convidados e visitantes que queiram entrar no prédio do Congresso.

Fernando Paulaci disse estar disposto a conversar com os dirigentes e organizadores das carnavas que são esperadas em Brasília, antes que entrem no prédio do Congresso Nacional, para orientá-los quanto às normas que deverão ser observadas nas salas das comissões, com o único objetivo de evitar tumultos maiores durante as votações.

Até agora, nenhum incidente gra-

ve, envolvendo assistentes e seguranças, foi registrado. Os grupos que compareceram à Assembleia Nacional Constituinte, para apresentar as suas reivindicações, não provocaram reações maiores da segurança. Poucos fatos mereceram registro: primeiro, os tiros recebidos pelo carro do Deputado Davi Alves de Souza (PDS-MA), no dia da instalação da Constituinte, disparados por uma patrulha da Polícia Militar. Os policiais afirmaram que o parlamentar não obedeceu a uma ordem de parada e se dirigiu direto ao Congresso — o que os motivou a atirar para que o veículo parasse.

Outro incidente foi a invasão do Plenário da Constituinte por um desequilibrado mental. Ele se apossou da Tribuna de Honra para dentro do Plenário, gritando contra a República e pedindo o retorno da Monarquia.

Por fim, o último tumulto envolveu jornalistas e seguranças durante a reunião da Subcomissão da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária.

Parlamentarista prepara emenda sobre o sistema

BRASÍLIA — O sistema de Governo proposto pelo Relator da Comissão de Organização dos Poderes, Bêndio Ferreira Lima, desagradou aos defensores do parlamentarismo, que começaram ontem a apresentar suas emendas. O Senador José Fogaça disse que um Presidente da República eleito pela maioria absoluta não pode ser um mero Chefe de Estado, e que a forma de indicação do Primeiro-Ministro favorece a instabilidade institucional no País.

Fogaça, Relator da Subcomissão do Poder Executivo, propôs emendas no sentido de restabelecer alguns dispositivos de seu relatório original, mas concordou com Eudilo na previsão de quatro anos de mandato para o Presidente José Sarney e também que os futuros Presidentes podem ter mandato de cinco anos.

O Senador gabáto ressaltou especialmente o processo de indicação do Primeiro-Ministro: se a Câmara rejeitar por duas vezes a indicação feita pelo Presidente, o Legislativo fica livre para indicar quem quiser, impondo seu preferido ao Presidente.

— Essa mecânica vai permitir que se cobrem um inimigo ao lado do Presidente, criando uma fonte permanente de crises e confrontos. Por outro lado, precisamos levantar a possibilidade de não haver na Câmara uma maioria articulada, e aí o Legislativo ficará inteiramente à mercê do Presidente.